

FORMAÇÃO DOCENTE EM FLORIANO/PI: VOZ AOS PROFESSORES

Andréia Martins, UFPI,
andreiamartins.ufpi@gmail.com.br¹¹⁹
Patrícia Novais dos Santos, UFPI,
patricianovaes1212@gmail.com¹²⁰
Barbiton Torres, UFPI
bar_biton@outlook.com¹²¹

RESUMO

Temos como objetivo apresentar uma pesquisa realizado com docentes do Ensino Fundamental I da Educação do Campo na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) referente a suas necessidades de formação. Tivemos como problemáticas norteadoras as seguintes questões: O que é ser professor da EJA? Que conhecimentos precisa ter um professor da EJA? Quais temáticas você sugere para cursos de formação docente? A abordagem metodológica foi a qualitativa, com aplicação um questionário semiestruturado. Ao analisar as respostas verificamos que os mesmos entendem que a docência na EJA é diferente do ensino regular, que precisam aprender metodologias específicas para o público da EJA, mas não apontam conhecimentos e saberes específicos da Educação do Campo e a esse alunado específico.

Palavras-chave: Formação, EJA, Campo

Introdução

Docentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI)¹²², Campus Amílcar Ferreira Sobral, no final do ano de 2017 procuraram a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Floriano, cidade localizada na região sul do Piauí para propor um curso de extensão. A proposta foi bem acolhida pelo Secretário de Educação e ali foi estabelecida uma parceria entre a universidade e a SME. O projeto de

¹¹⁹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora do curso de pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) Coordenadora do projeto: Curso de formação de professores(as) e práticas pedagógicas na perspectiva Freireana para adolescentes, jovens, adultos e idosos do município de Floriano/Piauí. É um projeto de extensão da Universidade Federal do Piauí (Campus Amílcar Ferreira Sobral) em parceria com a Secretaria de Educação de Floriano/Piauí. Que possui financiamento da UFPI.

¹²⁰ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, bolsista do Projeto de Extensão “Curso de formação de professores(as) e práticas pedagógicas na perspectiva Freireana para adolescentes, jovens, adultos e idosos do município de Floriano/Piauí” Financiado pela Pró Reitoria de Extensão.

¹²¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, bolsista do Projeto de Extensão “Curso de formação de professores(as) e práticas pedagógicas na perspectiva Freireana para adolescentes, jovens, adultos e idosos do município de Floriano/Piauí” Financiado pela Pró Reitoria de Extensão.

¹²² Por meio das professoras Andréia Martins e Carla Andréia da Silva, docentes do curso de pedagogia do Campus Amílcar Ferreira Sobral/ CAFS.

extensão de 12 meses foi aprovado pela Pró-reitoria de Extensão e iniciamos nossas atividades no mês de março. O projeto foi dividido em 3 etapas, a primeira referente aos primeiros seis meses, que envolvia pesquisas nas escolas, com docentes e alunos e comunidade com o objetivo de levantar o universo vocabular dos alunos e da comunidade escolar, para a partir destes conhecimentos montarmos um curso de 40 horas. A segunda etapa será a formação dos professores e a terceira de elaboração de relatórios e materiais didáticos.

A pesquisa que apresentamos neste artigo trata especificamente de um questionário semiestruturado que foi aplicado no mês de março no momento da abertura das aulas nas escolas do campo. A professora Andréia Martins, coordenadora deste projeto, realizou uma palestra no evento, explicou a proposta de formação que estávamos organizando e entregou os questionários aos docentes presentes.

A educação do campo possui garantia normativa asseguradas pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 estabelece que a educação é um dever de todos, destacando o papel do Estado e da Família. O Estado deverá prover escolas públicas para atender as populações brasileiras das zonas urbanas e rurais, e as famílias cabem o dever de enviar seus filhos para a escola e acompanhar o processo educativo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB 9.394/96 este direito é reafirmado em seu artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Há especificidades na educação do campo, que a LDB 9.394/96 assegura, como a adaptação as peculiaridades da vida no campo pelos sistemas de ensino. Os conteúdos e as metodologias deverão ser adequados aos interesses e necessidades dos alunos, e estas adequações deverão ser realizada dentro de cada escola, por meio do seu projeto pedagógicos. Outro ponto importante assegurado pela legislação é referente a organização do ano letivo e do calendário escolar, devendo ambos serem adaptados dentro do ciclo agrícola e das condições climáticas, levando em consideração a natureza do trabalho rural ao elaborar o Projeto Político Pedagógico, seus planos de aula e seu calendário escolar.

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica em 03 de abril de 2002 aprovou a Resolução que Instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Definindo a identidade das escolas do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

É necessário que as propostas pedagógicas das escolas do campo, contemplem a diversidade em todos os seus aspectos; sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. É importante salientar que as propostas pedagógicas deverão ser feitas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

Para que uma política pública realmente se efetive é fundamental se pensar na formação dos docentes que irão trabalhar nas escolas do campo. Em relação a formação dos mesmos, as diretrizes definem que as formações dos professores sejam em cursos de licenciaturas “estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal” (BRASIL 2002).

No processo de formação dos professores para a docência nas escolas do campo alguns componentes se fazem indispensáveis:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002)

Como lemos acima, no processo formativo dos docentes que ministrarão aulas no campo, torna-se imprescindível estudos sobre a diversidade, a qualidade de vida e a valorização do convívio social no meio rural. É preciso também levar em consideração os avanços científicos e tecnológicos no processo formativo dos licenciandos que atuarão na educação do campo, para que estes possam aplicar em suas aulas tecnologias que que melhorem as condições de vida das comunidades rurais.

Em 2008 foi publicada a Resolução N° 2, de 28 de abril que estabeleceu

diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, referente a formação de professores em seu artigo sétimo parágrafo segundo a referida Resolução apresenta a seguinte afirmativa:

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades. (BRASIL, 2008)

A formação de professores para o magistério em escolas do campo é assegurada em várias instâncias, focamos aqui apenas algumas normativas estabelecidas a partir da Constituição Federal de 1988, como a LDB 9.394/96 e Resoluções específicas sobre a educação no campo e a formação de professores. Temos a ciência que há outras diretrizes e resoluções que reafirmam a necessidade das políticas públicas se comprometerem com a formação de professores do campo.

Nos atemos até o momento em apresentar ao leitor que a educação no campo é um direito constitucionalmente estabelecido. Para haver uma eficaz educação no campo torna-se indispensável a formação de professores, pois, nenhuma política pública voltada para a educação se efetiva se os professores não tiverem formação adequada para implementá-la.

Faria (2015) em seu texto “O Percurso Formativo dos Professores da EJA do Campo: Laços e Embarços” nos informa que o poder público nunca levou a sério as políticas públicas para o meio rural, não houve formulação de diretrizes e financiamentos adequando ao longo da história brasileira, o que se estende para a formação de professores específicas para a atuação profissional no campo.

A Educação de Jovens e Adultos em Floriano/Piauí

Floriano é uma cidade localizada na região sul do Piauí, ficando a uma distância de 240 quilômetros de Teresina, capital do Estado. A cidade é uma referência regional nos setores de saúde, comércio de Educação. Com um população de 58.969 habitantes segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017¹²³, possui uma extensa rede de atendimento a educação básica, com: 3 escolas federais, 21 escolas estaduais, 89

¹²³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/panorama> acesso em 05 de junho de 2017.

escolas municipais e 28 escolas particulares, totalizando 141 escolas que atendem a educação infantil, ensino fundamental e médio. Possuindo três universidades públicas, um Instituto Federal, uma Universidade Federal e uma Estadual e diversas Faculdades particulares.

A redes Estadual e Municipal atendem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O Estadual tem como foco de atendimento as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio, cabendo ao município assegurar as séries iniciais e finais do ensino fundamental. No município de Floriano, 18 escolas possuem salas de aula voltadas para atendimento das séries iniciais do ensino fundamental, destas quatro (04) localizadas na zona urbana e 14 na zona rural do município.

Nossa pesquisa tem como foco os(as) professores(as) das séries iniciais do ensino fundamental da zona rural do município de Floriano. As denominadas escolas do campo. Como descrito anteriormente o município possui atualmente 14 escolas do campo com alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nestas escolas as salas são multiseriadas, em vários casos em uma única sala (o) docente tem alunos do primeiro ao nono ano.

No mês de março a Secretaria Municipal de Educação de Floriano fez uma reunião de planejamento com os professores que ministram aula da EJA campo, foram convocadas as 14 escolas da EJA campo, estiveram presente 10 docentes, cada docente representando uma escola. Foi aplicado um questionário de sete perguntas, destas, 4 eram de objetivas e 3 discursivas. Os 10 docentes presentes responderam ao questionário.

A primeira questão perguntava se eles eram professores da zona urbana ou rural, os dez professores presentes marcaram que eram da zona rural. A segunda questão foi referente a atuação dos docentes, se estes atuavam nas séries iniciais ou finais do ensino fundamenta., destes seis eram docentes das séries iniciais e finais do ensino fundamental e quatro atuavam especificamente nas séries iniciais. A formação acadêmica dos docentes foi a terceira pergunta, nove professores tinham ensino superior completo e apenas 1 Ensino Médio.

Como é ser professor da Educação de Jovens e Adultos? Foi a quarta questão, abaixo transcrevemos as respostas dos docentes:

Tabela 1 - Como é ser professor da Educação de Jovens e Adultos?

Professor A	Atuar na EJA para mim é um desafio novo, pois é minha primeira experiência, mas é algo muito gratificante, é uma troca de conhecimentos
Professor B	E uma experiência bastante significativa porque há uma troca de conhecimento com os alunos
Professor C	Uma experiência marcante, uma troca fascinante de conhecimentos. Em saber que ao mesmo tempo eles necessitam dos nossos conhecimentos cientificamente adquiridos, e quanto aprendemos com as histórias de vida.
Professor D	É uma experiência incrível, pois é 1º ano que estou atuando procuro ministrar aula de forma dinâmica e participativa fazendo com que eles possam se sentirem bem.
Professor E	É uma experiência nova pra mim, porém estou amando
Professor F	É ser flexível, trabalhar com que o aluno precisa , é observar a necessidade de cada um individualmente.
Professor G	É muito bom e divertido a nossa conversa é diferente dos outros alunos que a gente trabalha durante o dia.
Professor H	O Professor da EJA é parte integrante do processo de reconhecer o educando como ser capaz de descobrir novos conhecimentos e aprimorar os já existentes.
Professor I	É ter um olhar diferenciado e ter um lado de afeto amor. O professor deve estar preparado para interagir.
Professor J	A experiência boa e uma grande troca conhecimento de ambas as partes.

Fonte: Autores do texto

Três professores descrevem ser este o primeiro ano que ministram aulas na EJA, a maioria aponta que é uma experiência significativa, que há troca de conhecimentos entre alunos e professores, que para ser professor da EJA precisa de haver uma flexibilidade na relação entre quem ensina e quem aprende, e ao mesmo tempo que estão ensinando também estão aprendendo. São entendimentos fundamentais para a docência na EJA, que o discente tem conhecimentos prévios que precisam de ser valorizados.

A questão 5 faz a seguinte indagação: Que conhecimentos precisa ter um professor para lecionar na educação de jovens e adultos? Abaixo transcrevemos as respostas:

Tabela 2 - Que conhecimentos precisa ter um professor para lecionar na educação de jovens e adultos?

Professor A	Primeiramente tem que ter consciência de que é difícil manter um adulto em sala de aula, tem que tentar buscar metodologias mais adequadas para ter um aprendizado eficaz.
Professor B	Conhecer a necessidade de cada aluno, ajuda-los quando necessária, respeitar a faixa etária de cada aluno.
Professor C	Principalmente, nós temos que conhecer nosso alunado para a partir daí saber como preparar nossos conteúdos

Professor D	Procurar estratégias e metodologia que desperte o conhecimento dos educandos.
Professor E	Um curso que contemple esse público
Professor F	Conhecimentos específicos na área
Professor G	Deve ter experiência e procurar meios como material de reciclagem.
Professor H	Ser capaz de se colocar em pé de igualdade com os educandos. Priorizar e estabelecer relação de confiança com os mesmos.
Professor I	Ter conhecimento para direcionar estes conhecimentos diferenciados.
Professor J	Nós devemos procurar meios para chamar atenção dos alunos para que eles possam se interessar por as aulas.

Ao responderem sobre os conhecimentos necessários para serem professores da EJA, a maioria dos professores afirmam que é necessário conhecer o aluno, para que a partir daí pensem em conteúdos necessários para este público. Outro ponto destacado foi referente a busca de metodologias adequadas para lecionar com os alunos e alunas da EJA. Uma preocupação da “Professora A” é referente a evasão, que sabemos ser uma grande problemática, e uma constante preocupação. A sexta pergunta versou sobre o interesse do grupo de professores em realizar uma formação docente, com a seguinte pergunta: Para você é necessário curso específico de formação de professores para atuação na Educação de Jovens e Adultos? Todos os professores responderam que sim.

Pensando em atender as necessidades de fazermos um curso de formação de professores que atendesse as realidades dos professores do campo a sétima pergunta foi a seguinte: quais temáticas você sugere para cursos de formação de professores para atuação na educação de jovens e adultos?

Tabela 3 - Quais temáticas você sugere para cursos de formação de professores para atuação na educação de jovens e adultos

Professor A	Como ensinar na EJA, quais metodologias, os melhores meios para aplicar conteúdos, como ter rendimento nessas sala de EJA.
Professor B	Metodologia. Didática em sala de aula. Ministrar aula que não seja tradicional.
Professor C	Metodologias, como preparar aulas mais dinâmicas, ampliar de forma a melhorar cada vez mais as nossas aulas.
Professor D	Metodologias planejamento

Professor E	Diversidades de estratégias
Professor F	Ler
Professor G	Curso de formação
Professor H	Temas voltados a valores sociais. Estabelecer raciocínio de criticidade sobre a realidade atual do povo brasileiro.
Professor I	A metodologia. Aula lúdicas.
Professor J	

Fonte: Autores do texto

Dos 10 professores que responderam o questionário apenas um não respondeu a esta pergunta, dos nove que responderam cinco pediram um curso voltado a metodologia de ensino na EJA, o “Professor E” pediu diversidades de estratégias, que entendemos fazendo parte das metodologias. O “Professor H” apresentou uma resposta mais ampla, que discutisse questões sociais e a construção de uma criticidade sobre a realidade brasileira. Esta questão vai ao encontro das diretrizes para o trabalho no campo, criticidade e formação de identidade. Duas respostas chamam a atenção, uma pessoa escreve apenas “ler” e outra “curso de formação”, as quais não responderam a indagação.

Considerações Finais

Após análise das respostas dos professores percebe-se que eles entendem que há uma especificidade na docência na EJA, que os conhecimentos dos alunos precisam de ser respeitados, que estes são sujeitos de conhecimentos, que dar aula na EJA é diferente de dar aula no ensino regular, mas, não conseguem desenvolver respostas que apresentem que diferenças são estas e que necessidades que estes possuem. Uma questão colocada por alguns é que esta é a primeira vez que dão aula para esta modalidade de ensino, e que sentem ser um grande desafio.

Quando foi perguntado quais são os conhecimentos específicos ou necessários para a docência na EJA em nenhum momento destacaram especificidades da EJA scampo, e deste aluno ou aluna que são trabalhadores do campo, suas identidades, suas ocupações profissionais e a necessidade de valorização dos conhecimentos dos sujeitos do campo. De maneira geral destacaram questões de conhecimentos e conteúdos, mas

não envolvia a educação do campo.

Em relação as temáticas que eles propunham para um curso de formação de professores foi uma demanda geral a solicitação de metodologias de ensino, estratégias, aulas mais dinâmicas. Sabemos que metodologias e estratégias estão diretamente relacionadas aos conhecimentos dos alunos, saber de suas necessidades de aprendizagem e em quais contextos sociais, políticos, econômicos e territoriais estão inseridos.

A partir destas compreensões podemos pensar em metodologias e estratégias de ensino. Esta pesquisa nos auxiliou muito para começarmos a preparação do curso de formação, outras investigações estão sendo realizadas, pesquisas de campo nas escolas, nas comunidades, conversas com alunos, professores e equipe técnica da SME. É um longo processo, entendemos que educação é construção, e só assim, em uma perspectiva democrática e coletiva que se faz a educação de qualidade no Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Parecer Nº 36, DE 04 de dezembro de 2001.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2002.

BRASIL. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

FARIA, Edite Maria da Silva de. O Percuro Formativo dos Professores da EJA do Campo: Laços e Embarços. In.: [file:///D:/SYSTEM/Downloads/115-938-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/SYSTEM/Downloads/115-938-1-PB%20(2).pdf) acesso em 28/07/2018